Membros da Equipa:

Maria Adelaide Fernandes Leitão
Maria Irene Rodrigues Lopes
Sandra Margarida Mendes

12 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal, *Rui Manuel de Almeida e Silva.*

305027446

MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA

Aviso n.º 16600/2011

Carlos Vicente Morais Beato, presidente da Câmara Municipal de Grândola:

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, que por Despacho do Sr. Vereador do Pelouro do Urbanismo exarado em 5 de Agosto de 2011, proferido no uso da competência por mim Subdelegada através dos despachos n.os 12/2009, de 6 de Novembro e 17/2009, de 19 de Novembro e 2/2011, de 3 de Janeiro, proceder à abertura de um período de discussão pública, respeitante ao projecto de operação de loteamento designado por OPL4, que incide nos prédios sitos em Minas do Lousal, descrito na Conservatória do Registo Predial de Grândola sob o n.º 229/19960917, e inscrito na matriz predial da freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sadão, na secção Y (parte) com o artigo 12 de natureza rústica e sob o n.º 231/19960917, inscrito na matriz predial da freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sadão, na secção Y (parte) com o artigo 12 de natureza rústica e os artigos 760, 779, 839, 843, 856, 862, 867, 869 e 872 de natureza urbana, cujo promotor é Sapec Parques Industriais, S. A., com sede na Avenida Rio Tejo, Parque Industrial Sapec Bay, 2910-440 Setúbal.

Os cidadãos interessados dispõem do prazo de 15 dias úteis, sobre a data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* para apresentarem quaisquer reclamações, observações ou sugestões, que entendam dever ser consideradas.

O respectivo processo poderá ser consultado na Divisão do Urbanismo da Câmara Municipal de Grândola, entre as 9 e as 16 horas.

As sugestões ou informações, acima referidas, devem ser apresentadas por escrito, devidamente fundamentadas e entregues, no prazo e no local acima mencionado, ou por via correio.

10 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato.*

305019905

Aviso n.º 16601/2011

Carlos Vicente Morais Beato, Presidente Câmara Municipal de Grândola:

Torna Público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30 de Março, que por Despacho do Sr. Vereador do Pelouro do Urbanismo exarado em 2011/08/05, proferido no uso da competência por mim Subdelegada através dos Despachos n.os 12/09 de 06/11 e 17/09 de 19/11 e 2/11 de 03/01, proceder à abertura de um período de discussão pública, respeitante ao projecto de operação de loteamento designado por OPL2, que incide nos prédios sitos em Minas do Lousal, descrito na Conservatória do Registo Predial de Grândola sob o n.º 227/19960917, e inscrito na matriz predial da freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sadão, na Secção Y (parte) com o artigo 12 de natureza rústica e os artigos 177, 490, 547, 555, 563, 564, 614, 823, 824, 825, 827 e 830 de natureza urbana e sob o n.º 228/19960917, inscrito na matriz predial da freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sadão, na secção Y (parte) com o artigo 12 de natureza rústica e o artigo 220 de natureza urbana cujo promotor é Sapec Parques Industriais, S. A., com sede na Avenida Rio Tejo, Parque Industrial Sapec Bay — 2910-440 Setúbal.

Os cidadãos interessados dispõem do prazo de 15 dias úteis, sobre a data da publicação do presente Aviso no *Diário da República,* para apresentarem quaisquer reclamações, observações ou sugestões, que entendam dever ser consideradas.

O respectivo processo poderá ser consultado na Divisão do Urbanismo da Câmara Municipal de Grândola, entre as 9 e as 16 horas.

As sugestões ou informações, acima referidas, devem ser apresentadas por escrito, devidamente fundamentadas e entregues, no prazo e no local acima mencionado, ou por via correio.

10 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.

305019662

MUNICÍPIO DE LEIRIA

Aviso (extracto) n.º 16602/2011

Para os devidos efeitos se torna público, nos termos da alínea *d*) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que na sequência da entrada em vigor das alterações ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Leiria, aprovadas pela Assembleia Municipal em 04 de Janeiro de 2011, pela Câmara Municipal e pelo Presidente da Câmara em 08 de Fevereiro de 2011, no uso das suas respectivas competências, republicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 41, de 28 de Fevereiro de 2011, e que por força da entrada em vigor das referidas alterações foram extintas a Divisão de Habitação, Divisão de Indústria, Comércio e Serviços e Divisão de Máquinas, Viaturas e Oficinas, tendo, por outro lado, sido criadas novas unidade orgânicas, nomeadamente a Divisão de Gestão dos Fundos Estruturais, Divisão de Edificação e a Divisão de Manutenção e Conservação, cessaram, com efeitos ao dia 05 de Março do corrente ano, as nomeações em regime de substituição, conforme de seguida se indica:

a) Eng. Francisco Eduardo de Oliveira Morais, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Divisão de Máquinas, Viaturas e Oficinas;
b) Arq.ª Sandra Paula Cardoso Machado Macedo, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Divisão de Habitação;
c) Eng.ª Sofia Isabel da Silva Antunes, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Divisão de Indústria, Comércio e Serviços.

Mais se torna público que, a requerimento do próprio, por meu despacho proferido em 31 de Março de 2011, fiz cessar, com efeitos a 01 de Abril de 2011, a nomeação em regime de substituição do Sr. Dr. Pedro Vicente Rodrigues dos Santos Bernardino, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Divisão de Aprovisionamento e Património.

Conforme determina o n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, torna-se público o teor dos meus despachos n.os 29/2011, de 03 de Março, 33/2011, de 10 de Março, 41/2011, de 31 de Março, proferidos ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, alterada, conjugado com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com a redacção do Decreto-Lei n.º 104/2006, de 07 de Junho, em que nomeei, em regime de substituição, nos respectivos cargos dirigentes, de modo a assegurar o adequado enquadramento das funções de direcção, coordenação e controlo de algumas unidades orgânicas, sob pena de comprometer o seu regular funcionamento:

1) Com efeitos ao dia 05 de Março de 2011, os trabalhadores adiante identificados:

a) Eng.ª Paula Cristina Diogo Gomes, para o exercício do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Divisão de Gestão de Fundos Estruturais;
b) Arq.ª Sandra Paula Cardoso Machado Macedo, para o exercício do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Divisão de Edificação;
c) Eng. Francisco Eduardo de Oliveira Morais, para o exercício do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Divisão de Manutenção e Conservação;

2) Com efeitos a 11 de Março de 2011, a Sr.ª Dr.ª Ana Paula Ramos Alves, para o exercício do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Divisão Administrativa (DIADOU);
3) Com efeitos ao dia 01 de Abril de 2011, a Sr.ª Dr.ª Sofia Pereira, para o exercício do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Divisão de Aprovisionamento e Património.

Nota curricular dos nomeados

Nome: Paula Cristina Diogo Gomes.

Formação Académica e Profissional — Licenciatura em Engenharia Civil Municipal, concluída em 12 de Outubro de 1994, com a média final de 14 valores.

Formação profissional — Titular de diversas acções de formação, entre as quais se destacam: "O Novo Regime Jurídico dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas", "Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho", "O Código dos Contratos Públicos", "Curso de Pós-Graduação de Planeamento Municipal e Desenho Urbano", "Curso de Projectistas de Redes de Gás em Edifícios", "Os Fundos Comunitários para Desenvolvimento Local e Regional", "Encontro sobre os Programas Habitacionais RECRIA, REABITA e RECRIPH", "Regime Jurídico das Despesas Públicas", "Código das Expropriações", "Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas".

Experiência profissional — Iniciou funções na Câmara Municipal de Leiria em 13 de Abril de 1998, como Engenheira Civil Municipal